



UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS
FACULDADE REGIONAL DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS DE BARBACENA

ELÍCIA BRUNA DE CARVALHO

VALDIR DANTAS CAJÉ JÚNIOR

127 ANOS DE LIBERDADE, REALIDADE OU ILUSÃO? ASPECTOS
PSICOLÓGICOS DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

Barbacena, 2015

127 ANOS DE LIBERDADE, REALIDADE OU ILUSÃO? ASPECTOS
PSICOLÓGICOS DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado a Faculdade Regional de Ciências Exatas e Sociais de Barbacena da Universidade Presidente Antônio Carlos como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel (a) em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Liliam Medeiros da Silva - Orientadora
(Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC)

Prof. Dr. Helder Pereira Rodrigues
(Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC)

Prof.^a Maria Margarete Pinto Chaves
(Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC)

Barbacena, 11 de dezembro de 2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, meu protetor, que sempre me ajuda e me fortalece; Meus pais, Roberto e Valéria, pelo incentivo e amor durante essa caminhada; aos amigos, sempre fundamentais; Maria Clara, grande incentivadora, sempre presente e pronta a ajudar; à Liliam Medeiros, minha orientadora, professora e supervisora, obrigada pelos ensinamentos ao longo do ano; Ao professor Helder Rodrigues, grande homem, pelo conhecimento compartilhado; Professora Margarete, presente desde o início do curso, obrigada pela paciência e dedicação; Professora Carla do Vale, sempre muito atenciosa, minha referência na Psicologia Hospitalar, obrigada pela gentileza e atenção; Meu parceiro Júnior, idealizador desse trabalho tão especial, obrigada por me ajudar a ver o mundo de outra forma; Aos colegas de sala e professores, meu sincero agradecimento.

Elícia Carvalho

Agradeço a Deus, Amigo Fiel, por ter me dado força e saúde para que eu possa superar as dificuldades e conquistar meus objetivos; Aos meus pais, Valdir e Fátima, a materialização da palavra amor; aos meus irmãos pela amizade e carinho, em especial à Waleska, uma das minhas inspirações na Psicologia; aos meus cunhados e pequenos sobrinhos; a Rafael Rezende pelo companheirismo e incentivo; à doce professora Liliam Medeiros, nossa orientadora, pelos ensinamentos e paciência; ao admirável professor Hélder Rodrigues, por compartilhar com humildade a sua vasta sabedoria; à querida professora Margarete Chaves, minha primeira supervisora de estágio, sempre tão atenciosa; à professora Carla do Vale, pela generosidade e contagiante alegria; ao historiador e professor André Dubois, por sua constante disposição em ajudar; aos colegas de turma, pela amizade construída ao longo dos últimos cinco anos. Em especial, à Elícia Carvalho, parceira neste trabalho, sempre tão presente em minha vida; Karime Gomes, uma irmã que mundo me presenteou; Leandro Elias, pelo esforço e comprometimento com a luta do povo negro; aos amigos alagoanos, mineiros, cariocas, ou de qualquer outra parte.

Valdir Júnior

DEDICATÓRIA

“E o povo negro percebeu
Que o grande vencedor
Se ergue além da dor”.

Este trabalho é dedicado às vítimas do racismo. Aos que lutam incansavelmente pelo respeito e igualdade entre os povos.

ELÍCIA BRUNA DE CARVALHO
VALDIR DANTAS CAJÉ JÚNIOR

127 ANOS DE LIBERDADE, REALIDADE OU ILUSÃO? ASPECTOS
PSICOLÓGICOS DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado a Faculdade Regional de Ciências
Exatas e Sociais de Barbacena da Universidade
Presidente Antônio Carlos como requisito
parcial para a obtenção do título de Bacharel (a)
em Psicologia.

Orientadora: Prof^a. Me. Liliam Medeiros da
Silva

Barbacena, 2015

RESUMO

Durante vários séculos, um número incontável de negros foram obrigados a deixarem seus países e virem forçadamente ao Brasil. O destino que lhes aguardava consistia em dor, injustiça e sofrimento. Além de suas famílias e o que já haviam construído em suas terras, o negro escravizado também perdeu sua dignidade, esperança e humanidade. A escravidão não deixou apenas páginas sangrentas em nossos livros de história, mas também sérias consequências sociais e psicológicas. Além da estigmatização, associação à marginalidade e preconceito racial, a desigualdade econômica entre negros e brancos é assustadora. A perda da identidade negra, o processo de branqueamento e as formas sutis de discriminação mostram que ainda hoje o negro continua em desvantagem em relação aos brancos. Para compreender os aspectos psicológicos causados pelos anos de opressão, é necessário conhecer o histórico da escravidão do Brasil para relacionar a penúria do passado com a herança maldita que ainda aflige os negros até os dias atuais.

Palavras-chave: escravidão; negro; racismo; branqueamento; estigmatização.

ABSTRACT

During many centuries, an uncountable number of blacks were forced to leave their countries and come forcibly to Brazil. The destiny that awaited them consisted on pain, injustice and suffering. Besides their families and what they had already built in his land, the enslaved black also lost their dignity, hope and humanity. The thralldom not only left bloody pages in our history books, but also serious social and psychological consequences. Beyond stigmatization, marginalization association and racial prejudice, economic inequality between blacks and whites is scary. The lost of black identity, the process of bleaching and the subtle ways of discrimination show that today the black remains at a disadvantage compared to whites. To understand the psychological aspects caused for years of oppression, is necessary to know the historic slavery of Brazil to relate the penury from past with the cursed heritage that still afflicts the blacks until the present days.

Keywords: slavery; black; racism; bleaching; stigmatization.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. DA ÁFRICA AO BRASIL: A TRAJETÓRIA SANGRENTA DOS NEGROS..	11
2.1 O TRÁFICO ESCRAVISTA E OS NAVIOS NEGREIROS.....	11
2.2 NAS SENZALAS, A RESISTÊNCIA.....	13
2.3 OS QUILOMBOS: DA REVOLTA AO SONHO DE LIBERDADE.....	15
2.4 SERÁ QUE A LEI ÁUREA NÃO FOI O FIM DA ESCRAVIDÃO?.....	16
2.5 LIVRE DO AÇOITE DA SENZALA, PRESO NA MISÉRIA DA FAVELA.....	18
3. AS CONSEQUÊNCIAS DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL.....	20
3.1 ESTIGMATIZAÇÃO DO NEGRO.....	20
3.2 RACISMO E VIOLÊNCIA.....	20
3.3 BRANQUEAMENTO: EFEITO PSICOLÓGICO DA INFERIORIDADE ATRIBUÍDA AO NEGRO.....	24
4. CONCLUSÃO.....	28
5. REFERÊNCIAS.....	30

1. INTRODUÇÃO

Legitimamente liberto da escravidão em 1988, o negro constituía uma parcela significativa da população, mas não havia um planejamento governamental de sua inserção na vida social. Cai em “tal condição de miserabilidade, que a população negra reduziu-se substancialmente” (RIBEIRO, 1995, p.221). Não tendo terra para constituírem suas comunidades, aglomeraram-se nas cidades, formando as favelas, fato sintetizado em um samba enredo da agremiação carnavalesca Estação Primeira de Mangueira: “Livre do açoite e da senzala/ Preso na miséria da favela” (TURCO; JURANDIR; ALVINHO; TRISTEZA, 1987), cujo o enredo **100 Anos de Liberdade, Realidade ou Ilusão?** inspirou o título da pesquisa.

Restando-lhe a miséria, o preconceito e a sombra da violência – seja como agente ou como receptor dela, a imagem do negro torna-se

“absolutamente indesejável, porque sobre ela recai, com toda a dureza, o pauperismo, as enfermidades, a criminalidade e a violência. [...] Isso ocorre numa sociedade doentia; de consciência deformada, em que o negro é considerado como culpado de sua penúria” (RIBEIRO, 1995, p.224).

Darcy Ribeiro aponta ainda que o homem brasileiro da classe dominante está “enfermo de desigualdade” (1995, p.216-217). Esse pensamento é corroborado pelo professor Douglas Belchior (2015), que considera que pouca coisa mudou nos últimos 127 anos que nos separam da Lei Áurea, aquela que oficializou a liberdade.

A pesquisa foi desenvolvida através de pesquisa bibliográfica, tendo como objetivo observar os aspectos psicológicos da escravidão do negro no Brasil. Enquanto sujeito histórico, o negro sofre a herança do regime escravista, um trauma ainda não superado pela sociedade brasileira e que é evidenciado pelos aspectos de violência, miséria, preconceito e desigualdade econômica. Coube observar os efeitos psicológicos decorrentes da estigmatização e também diante da alcunha racista de que o Brasil só teria progresso através de um “branqueamento”, provocando a exclusão, que se reflete na atual realidade do país.

Será que já raiou a liberdade/ Ou se foi tudo ilusão/Será, que a lei Áurea tão sonhada/ Há tanto tempo assinada/ Não foi o fim da escravidão/ Hoje dentro da realidade, onde está a liberdade/ Onde está que ninguém viu/ Moço não se esqueça que o negro/ Também construiu, as riquezas do nosso Brasil/ Pergunte ao Criador, pergunte ao criador quem pintou esta aquarela/ Livre do açoite da senzala/ Preso na miséria da favela, / Sonhei....que Zumbi dos Palmares voltou/ A tristeza do negro acabou/ Foi uma nova redenção/ Senhor.../ Veja a luta do bem contra o Mal/ que tanto sangue derramou contra o preconceito racial / O Negro samba / o negro joga capoeira/ ele é o Rei da Verde e Rosa da Mangueira (TURCO; JURANDIR; ALVINHO; TRISTEZA, 1987).

2. DA ÁFRICA PARA O BRASIL: A TRAJETÓRIA SANGRENTA DOS NEGROS

O capítulo apresenta o contexto histórico, sociológico e cultural da trajetória dos negros africanos para o Brasil, buscando compreender o período entre a chegada dos primeiros escravos em solo brasileiro até a formação e ocupação das favelas, nas décadas que se seguiram à abolição.

2.1 O tráfico escravista e os navios negreiros

É desconhecida a data precisa de quando se iniciou a chegada dos negros escravizados no Brasil (RODRIGUES, 2010). Estima-se que o grande tráfico negreiro tenha iniciado em terras brasileiras por volta de 50 anos depois do descobrimento. Alguns navios foram enviados ao continente africano para a exclusiva finalidade de trazerem forçadamente os negros. Nesses tempos, os portugueses – ainda meros estrangeiros na América – enxergavam o negro somente como uma máquina, ou simplesmente um instrumento de trabalho (RODRIGUES, 2010).

É equivocado dizer que o negro veio para o Brasil, quando foi trazido, arrancado de seu continente para ser escravizado em terras brasileiras. “[...] ir pode ocorrer a partir de uma decisão própria, como fruto de opções postas à disposição do imigrante. Ser trazido é algo passivo – como o próprio tempo do verbo – e implica em fazer algo contra e a despeito de sua vontade” (PINSK, 1988, p. 09).

No Brasil, havia uma ausência de mão de obra de baixo custo para que o projeto das grandes lavouras fosse estabelecido. A mercadoria era comprada por um preço e vendida por outro bem superior, tornando-se um negócio lucrativo. “O negro foi, portanto, trazido para exercer papel de força de trabalho compulsório numa estrutura que estava se organizando em função da grande lavoura” (PINSK, 1988, p 09).

O africano não perdia apenas a sua liberdade no momento em que era capturado, seus vínculos familiares, sociais e culturais também lhe eram tomados - como uma espécie de “dessocialização” ou até mesmo despersonalização. Sua identidade pessoal lhe foi roubada e outra de fora lhe foi imposta (PARÉS, 2007).

O sofrimento do escravo era iniciado no momento da sua captura. A partir de então, começava um longo e doloroso processo de desespero e aflição. Segundo Laurentino Gomes, “entre os séculos XVI e XIX, cerca de 10 milhões de escravos

foram vendidos para as Américas. O Brasil, maior importador do continente, recebeu quase 40% desse total, algo entre 3,6 milhões e quatro milhões de cativos” (2011, p. 215).

As embarcações que transportavam os negros para o Brasil foram batizadas de “navios negreiros” ou ainda “tumbeiros”, estas realizavam o comércio de escravos naturais do continente africano (SANTOS, 2013). Para o transporte da carga valiosa, os navios eram propositalmente projetados com porões largos e neles eram literalmente despejados a carga humana, para viajarem durante meses, num ambiente escuro e fétido, sem nenhum espaço para se movimentar. As condições degradantes de higiene e saúde matavam entre 20 a 40% dos africanos (SANTOS, 2013).

O embarque dos negros era feito em algum porto da África, onde seus comandantes aguardavam pelo embarque da “mercadoria”. Separados de suas famílias, também eram apartados de seus grupos, no intuito de evitar possíveis rebeliões. Viajavam africanos de todas as idades e sexo, iam amontoados e acorrentados, fazendo ali mesmo as suas necessidades fisiológicas. O alimento era despejado da parte de cima do navio e a tripulação não se importava em saber se todos receberam as suas cotas, além dos mais, os negros também consumiam as sobras dos tripulantes ou alimentos em estado de decomposição (SANTOS, 2013). Em caso de morte, só eram jogados ao mar tempos após o óbito, acentuando ainda as más condições de higiene (SANTOS, 2013).

Segundo Gomes (2011), poucos negros resistiram às atrocidades enfrentadas durante o trajeto para a costa brasileira. "Na África, cerca dos 30% dos negros escravizados morriam no percurso entre as zonas de captura e o litoral. Outros 15% morreriam na travessia do Atlântico. [...] Em resumo, de cada cem negros capturados, só 45 chegavam ao destino final” (p. 216-217).

As viagens dos navios negreiros duravam em torno de 30 a 50 dias. Chegando ao Brasil, os negros eram desembarcados nos portos de Recife, Salvador e Rio de Janeiro e imediatamente distribuídos para diversas localidades, sujeitados a qualquer tipo de trabalho (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006).

Os negros que conseguiram sobreviver às condições extremas de sofrimento construíram no Brasil não apenas a maior nação africana fora da África, bem como um capítulo de fundamental importância na história das lutas negras contra o regime escravista (RODRIGUES, 2010).

Escrito em 1868 por Castro Alves, o poema Navio Negreiro é uma das obras literárias brasileiras de maior destaque sobre a temática da escravidão. Nele, é narrada a

penosa trajetória marítima aos quais os escravos foram submetidos na longa travessia do Atlântico. Alves (2013) narra a trajetória e o sofrimento do negro, evidenciando a brutalidade com que estes são tratados, principalmente, sendo privados de suas liberdades e direitos.

O poeta faz uma descrição do cenário, exaltando o belo natural. O uso farto de figuras de linguagem em seus versos é uma marca de Alves, que proporciona visões com interpretações das mais diversificadas. Ao longo do poema, o autor descreve o belo cenário do mar, opondo-se ao quadro de horror no navio, e com riqueza de detalhes, expõe todo o sofrimento a que eram submetidos os africanos, contestando o poder onde estava o poder divino diante de tanto clamor humano.

Era um sonho dantesco... o tombadilho/ Que das luzernas avermelha o brilho./ Em sangue a se banhar./ Tinir de ferros... estalar de açoite... / Legiões de homens negros como a noite, Horrendos a dançar... / Negras mulheres, suspendendo às tetas / Magras crianças, cujas bocas pretas / Rega o sangue das mães:/ Outras moças, mas nuas e espantadas, / No turbilhão de espectros arrastadas, / Em ânsia e mágoa vãs! / E ri-se a orquestra irônica, estridente... / E da ronda fantástica a serpente/ Faz doudas espirais ... / Se o velho arqueja, se no chão resvala, / Ouvem-se gritos... o chicote estala. / E voam mais e mais.../ Presa nos elos de uma só cadeia, /A multidão faminta cambaleia, / E chora e dança ali! / Um de raiva delira, outro enlouquece/ Outro, que martírios embrutece, ?/ Cantando, geme e ri![...] (ALVES, 2013, p. 21).

Quando o negro se tornou escravo, foi desumanizado e se tornou uma “coisa”. Essa tal coisificação o reduziu à condição de inferioridade perante as demais raças. O europeu se auto outorgou a missão civilizadora, arrancando dos povos colonizados sua história, identidade e cultura. Muitos perderam suas vidas na própria África, tentando escapar da captura, outros milhares na cruciante travessia do Atlântico, para que outros negros viessem a contribuir com as riquezas dos seus algozes e formar o que somos como povo brasileiro (SILVA, 2012).

2.2 Nas senzalas, a resistência

Os escravos negros revelaram-se mais adiantados e com melhores condições que os indígenas à formação social e econômica do Brasil. Além de terem uma cultura tecnicamente superior, também possuíam uma predisposição biológica e psíquica para viverem em terras tropicais (FREYRE, 2004). Enquanto a tendência do índio era de timidez e introversão, o negro apresentava um comportamento mais dinâmico e extrovertido, com uma capacidade de fácil adaptação. Para Freyre, tais características atribuem ao negro na América colonizada por Portugal “o maior e mais plástico

colaborador do branco na civilização agrária” (p. 371- 372). Não sendo apenas meros “animais de tração”, os escravos negros foram importantes protagonistas no processo da civilização brasileira (FREYRE, 2004).

Os escravos que chegavam ao Brasil provinham das mais variadas etnias, tribos – por vezes – inimigas entre si, e diferentes dialetos. Essa diversidade linguística e cultural dos africanos foi uma estratégia usada pelos colonizadores portugueses de dificultar a comunicação entre os africanos e impedir que fossem formados núcleos solidários (RIBEIRO, 2006).

Os primeiros escravos africanos foram desembarcados nas regiões nordeste e sudeste do Brasil por volta de 1568. A mão de obra escrava, inicialmente, foi explorada em seu sentido mais amplo, nos engenhos de açúcar e lavouras. Antes de serem arrematados, os negros eram avaliados pelos dentes, grossura dos tornozelos e dos punhos. Após serem comprados, eram acorrentados e levados para as minas ou engenhos de açúcar destinados a uma triste realidade: trabalharem praticamente o dia inteiro, durante todo o ano (RIBEIRO, 2006).

A senzala tornou, então, o ponto de chegada dos negros, que passariam a conviver com pessoas de várias nações, até mesmo de tribos africanas rivais. A partir dali, era necessário se adaptarem a uma nova forma de convivência, com base em novas formas de relações que ora foram se (re)construindo. Portanto, para Manoel (2014, p. 27), “A senzala é, portanto, o embrião desse processo de formação de identidade negra”.

Fundada exclusivamente para apropriar-se de seres humanos, a empresa escravista sobrevivia de uma violência nua e crua, à custa dos mais atrozes castigos. Desapropriando de si mesmo e deixando de ser ele próprio, o africano escravizado foi reduzido a uma simples mercadoria e levado a condição de animal de carga, para servir a um senhor e seus interesses (RIBEIRO, 2006).

Apesar dos percalços da vida escrava, os africanos não abandonaram seus costumes. Ao serem despertados com as badaladas de um sino e se formarem em uma fila para serem contados, o feitor rezava uma oração que era repetida pelos negros. A religião desempenhou um papel de fundamental importância para os negros sobreviverem ao regime escravista (KARASCH, 2000). Através do canto e das suas manifestações religiosas e culturais, conseguia aliviar um pouco a penúria da escravidão. Suas músicas, sons e expressões carregavam um profundo sofrimento e faziam um brusco contraste com os raros momentos de alegria. A arte de cantar e dançar

fazia parte da sofrida alma dos negros, que aliviavam um pouco o fardo da sua penúria ao som dos tambores e batidas de batuque (BATISTA; CARVALHO, 2010).

Em suas jornadas diárias nas senzalas, os escravos eram privados de quase tudo e submetidos aos mais variados tipos de humilhações e castigo, conforme retrata Ribeiro (2006, p. 107-8).

Sem amor de ninguém, sem família, sem sexo que não fosse a masturbação, sem nenhuma identificação possível com ninguém – seu capataz podia ser um negro, seu companheiro de infortúnio, inimigos – maltrapilho e sujo, feio e fedido, perebento e enfermo, sem qualquer gozo ou orgulho do corpo, vivia a sua rotina. Esta era sofrer todo dia o castigo diário das chicotadas soltas, para trabalhar atento e tenso. Semanalmente vinha um castigo preventivo, pedagógico, para não pensar em fuga, e quando chamava atenção, recaía sobre ele um castigo exemplar, na forma de mutilações de dedos, do furo de seios, de queimaduras com tição, de ter todos os dentes quebrados criteriosamente, ou dos açoites no pelourinho, sob trezentas chicotadas de uma vez, para matar, ou cinquenta chicotadas diárias, para sobreviver. Se fugia, era apanhado, podia ser marcado com ferro em brasa, tendo um tendão cortado, viver peado com uma bola de ferro, ser queimado vivo, em dias de agonia, na boca da fornalha, ou de uma só vez jogado nela para arder como um graveto oleoso.

Expostos em praças públicas, os escravos sofriam todo tipo de tortura, as condenações eram anunciadas pelo rufar dos tambores, perante uma multidão que se reunia em volta para assistir aos açoites – muitas vezes aplaudindo – enquanto o carrasco impiedoso abria estrias de sangue no dorso nu do negro para execração popular (PRIORE; VENANCIO, 2010).

Acalentado por um sonho da liberdade, todo negro escravo esperava apenas um descuido do seu capataz para fugir das senzalas. (Ribeiro, 2006) “Seu destino era morrer de estafa, que era sua morte natural. Uma vez desgastado, podia até ser alforriado por um imprestável, para que o senhor não tivesse que alimentar um negro inútil” (RIBEIRO, 2006, p. 106).

No fazimento do Brasil, por volta de 12 milhões de negros foram desgastados como a força principal de trabalho na produção de tudo que foi construído no país. Mesmo sendo um agente cultural mais passivo, o negro teve um papel importante e fundamental na mistura racial e cultural brasileira (RIBEIRO, 2006).

2.3 Os quilombos: da revolta ao sonho de liberdade.

Resistindo aos grupos coloniais e imperialistas, nasce o movimento quilombola. Seu maior ideal era defender corajosamente a solidariedade entre os povos e lutar contra

todo tipo de opressão, exploração, racismo e desigualdade causadas por questões religiosas, ideologia, raça e cor (NASCIMENTO, 1998).

A história do negro no Brasil não foi construída apenas por momentos submissão, houveram também as mais variadas formas de resistência ao regime escravista, como fugas, revoltas, assassinatos de senhores, principais motivos da formação dos quilombos. Estes materializaram a resistência negra à escravidão e foram umas das formas mais importantes para se combater o preconceito e discriminação (SILVA, 2012). Com as sucessivas fugas, surgiram vários quilombos, destacando o maior e mais notório deles, o de Palmares. No topo da Serra da Barriga, onde hoje se localiza o estado de Alagoas, foi erguido um gigante império negro e seu maior ideal era criar uma ruptura com a escravidão e abraçar plenamente a liberdade (REIS, 1995).

Por volta do século XVIII, a Coroa Portuguesa demonstrou uma grande preocupação em conter os avanços das comunidades quilombolas. Um ajuntamento de cinco ou mais negros fugidos já era considerado um quilombo, estes se organizavam em matas fechadas ou sítios sem povoação. Nessas localidades, os africanos e seus descendentes produziam suas próprias armas e instrumentos de trabalho, vivendo do cultivo da terra, caça e pesca. Conforme aconteciam as fugas, mais negros se aglomeravam e com isso os quilombos foram inflando, despertando o interesse do Império em dificultar seu crescimento (REIS, 1995).

Em 20 de novembro de 1695, uma tropa mercenária, contratada pelo império lusitano, juntamente com os usineiros de açúcar do nordeste brasileiro, eliminaram Palmares, o último foco da resistência armada dos escravos. O negro não se curvou mesmo escravizado. Das suas árduas e desiguais batalhas, geraram infinitas vozes. A injustiça foi capaz de formar homens guerreiros, dispostos a lutar contra tudo de indigno que a escravidão produzia, em nome da liberdade. Zumbi, juntamente com tantos outros, lutou bravamente contra toda a opressão do sistema, sempre em defesa dos africanos e seus descendentes (SANTANA, 2012).

2.4 Será que a lei áurea não foi o fim da escravidão?

Após anos de lutas abolicionistas, no dia 13 de maio de 1988, era assinada a lei que libertaria os negros do horror da escravidão (SILVA, 2007).

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte: Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil. Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário. Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas e interino dos Negócios Estrangeiros, Bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de sua Majestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, 67º da Independência e do Império. Princeza Imperial Regente. (SILVA, 1988, LEI 3.353).

Áureo significa o mesmo que ouro, que reluz. A palavra para nomear tão importante causa, não foi escolhida pelo acaso, e foi esta a palavra, no feminino, que batizou a lei que aboliu a escravidão. Um dos marcos mais importante da história, a sanção da Lei Áurea foi assinada por Isabel Cristina Leopoldina de Bragança, à época princesa regente do Brasil (OLIVIERI, 2005). A abolição dos escravos foi um grandioso e importante passo na construção da nacionalidade, portanto não deve ser subestimada ou desmerecida (BUONICORI, 2008). O último país das Américas a abolir o doloroso regime escravista foi o Brasil, o ato condenou o regime monárquico e foi essencial para implantar o regime republicano (MENEZES, 2009).

Após a declaração da abolição, os escravos não sabiam fazer outra coisa a não ser o trabalho braçal, repentinamente se viram sem ocupação e lugar para morar, pois não podiam viver nas terras de seus antigos senhores. O Brasil abriu as portas para os imigrantes estrangeiros que vinham do continente europeu, mas negligenciava a maioria dos ex-escravos negros, os deixando sem teto, trabalho, acesso à escola e nenhum meio de sobrevivência. A marginalização do negro mudou apenas a sua roupagem e ganhou o esquecimento como perspectiva (DROPA, 2003).

Longe da senzala que o oprimia e liberto das amarras da escravidão, o povo negro sentiu-se aliviado da brutalidade em que era submetido, mas, por outro lado, foi relegado à própria sorte, caindo em grave situação de vulnerabilidade. Saindo das fazendas, os negros ganharam as estradas em busca de terrenos que pudessem montar acampamento. Tal era a condição de abandono e miséria, que não podiam estar em lugar algum, pois onde escolhiam lugar para fazer morada, os fazendeiros proprietários das terras vizinhas convocavam policiais para os expulsarem (RIBEIRO, 2006). Além de sofrerem todo o tipo de discriminação por sua cor, os ex-escravos – indesejados dos novos tempos – foram deserdados da República. Sem nada que lhes assegurasse proteção e direitos, foi impossível evitar o aumento de desocupados, mendigos e crianças abandonadas nas ruas, gerando elevados índices de violência (MARINGONI, 2011).

2.5 Livre do açoite da senzala, preso na miséria da favela

A situação de abandono econômico e intelectual a que os negros libertos foram submetidos, foi primordial para o surgimento das favelas, da miséria, trazendo-lhes um profundo desencanto com a liberdade. Cabe salientar que os negros e pobres não estavam e estão apenas nas favelas, concentrando-se em grande número também em vilas, guetos, cortiços e locais menos privilegiados das cidades (BATISTA; CARVALHO, 2009). Além de terem sido libertados sem proposta alguma que lhes introduzissem no mercado de trabalho, pelo contrário, foram considerados como irregulares diante da justiça, com a criação da lei de repressão à ociosidade, sancionada logo após a vigência da Lei Áurea. Carregando o estigma social de seres inferiores, discriminados pela cor, os ex-escravos e seus descendentes possuíam uma precária situação econômica. Sem nenhuma medida do Estado que lhes garantisse alguma dignidade, não tiveram outra escolha – mesmo livres – senão continuarem miseráveis, tal qual era quando viviam nas senzalas (NAIFF; NAIFF, 2005).

Schwarcz e Starling (2015) explicam a origem do termo usado para classificar o amontoado de moradias nos morros. Segundo eles, a palavra “favela” originou-se de uma planta de nome semelhante, que brotava no árido arraial de Canudos, sertão da Bahia. Após a batalha, o morro da Providência foi ocupado pelos ex-combatentes e passou a nomear o aglomerado de casebres e barracos erguidos no local.

Assim, em 1897, no Rio de Janeiro, surgia a primeira favela do Brasil. Sérgio Cabral (2011) comenta que seus primeiros habitantes foram os remanescentes dos cortiços, ex-escravos – muitos vindos das fazendas de café do Vale do Paraíba – e soldados que retornaram da Guerra de Canudos. Com a modernização da cidade do Rio de Janeiro na virada do século, realizou-se o famoso “bota abaixo”, iniciada pelo prefeito Barata Ribeiro e continuada por Pereira Passos, que consistia na demolição dos cortiços no centro do Rio de Janeiro, em um processo de modernização e embelezamento da cidade. Aos moradores desabrigados, restou a permissão de se utilizar da madeira dos casebres demolidos para a construção de outras moradias. Chama atenção um decreto assinado por Pereira Passos, em 1903, que ressaltava que ““Os barracos toscos não serão permitidos, seja qual for o pretexto de que se lance mão para obtenção de licença, salvo nos morros que ainda não tiveram habitações e mediante licença”” (CABRAL, 2011, p.30). O decreto ressalta a intenção de relegar à população

economicamente desfavorecida a possibilidade de ocupação dos morros, haja vista que eram terrenos pouco valorizados. Observa-se neste processo o descaso político com os negros recém-libertos e demais integrantes das classes populares, atitude que refletiu nos problemas que o país ainda enfrenta na atualidade (CABRAL, 2011).

Com o inchaço urbano, as favelas passaram a ser vistas como um problema, e local onde se aglomeram marginais. Estas surgiram pela necessidade do *onde* e do *como* morar (RODRIGUES, 1988).

O negro rural, trasladado às favelas, tem de aprender os modos de vida da cidade, onde não pode plantar. Afortunadamente, encontram negros de antiga extração nelas instalados, que já haviam construído uma cultura própria, na qual se expressavam com alto grau de criatividade. Uma cultura feita de retalhos do que o africano guardara no peito nos longos anos de escravidão, como sentimentos musicais, ritmos, sabores e religiosidade. [...] Com base nela é que se estrutura o nosso Carnaval, o culto de Iemanjá, a capoeira e inúmeras manifestações culturais. (RIBEIRO, 1995, p. 222).

Logo após a escravidão ser abolida, a classe média vivia um período de ascensão econômica e via com desconfiança a ocupação das favelas pelas camadas mais pobres. A partir de então, os morros passaram a serem vistos como lugar de gente perigosa. Obviamente, não existia a presença do narcotráfico e o preconceito era totalmente associado à pobreza (NAIFF; NAIFF, 2005).

Nos últimos anos, o tráfico de drogas ganhou um grande espaço nas favelas – principalmente as cariocas – e em outras grandes cidades do Brasil. As condições de pobreza favoreceram fortemente esse crescimento, somando ao descaso dos poderes público e econômico. O mercado do tráfico é lucrativo e bastante organizado, onde seduz facilmente o jovem favelado, pobre e negro, principal alvo dessas organizações criminosas (NAIFF, NAIFF, 2005).

As origens da miséria no Brasil estão totalmente relacionadas ao período colonial e com o tratamento dos índios e negros, ambos protagonistas do processo de miscigenação e das classes mais pobres. A favela é - desde os tempos da abolição até hoje - o principal destino dos descendentes de povos explorados e escravizados no passado (MARINGONI, 2011).

3. AS CONSEQUÊNCIAS DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

“Esta vasta gente preta, Habitantes nos segredos de tantas histórias, Não faz a revolução É a própria revolução” (CORREIA, 2013, p. 43).

3.1 Estigmatização do negro

O termo estigma foi criado pelos gregos para se referirem a sinais corporais para evidenciar alguma coisa de extraordinária ou ruim sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo para sinalizar que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor; tais pessoas deveriam ser evitadas, especialmente em lugares públicos (LONGO, 2012; GOFFMAN, 1988).

Embora o termo ainda seja amplamente usado de maneira semelhante ao sentido literal original, é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal. Além disso, os tipos de desgraças que causam preocupação sofreram algumas alterações (LONGO, 2012).

Sobre os tipos de estigma que podem existir, Goffman (1988, p.7) afirma:

Podem-se mencionar três tipos de estigma nitidamente diferente. Em primeiro lugar, há as abominações do corpo - as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família. Em todos esses exemplos de estigma, entretanto, inclusive aqueles que os gregos tinham em mente, encontram-se as mesmas características sociológicas: um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que pode-se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus.

Para Goffman (1988) o estigma pode acontecer e se consolidar, a partir de uma comparação entre identidade social e identidade virtual. A primeira se refere às reais características que o indivíduo possui. Já a segunda, diz respeito a uma projeção imaginativa, ou seja, aquilo que se espera de determinada pessoa. Assim, sujeitos que possuem características diferentes das demais pessoas, podem sofrer preconceito e estigma, em um tom profundamente depreciativo, marcando-os de forma negativa no contexto social.

O comportamento das pessoas tidas como normais com aquelas estigmatizadas, e as atitudes direcionadas a elas são bem conhecidos: são as respostas que a ação social benevolente tenta suavizar e melhorar. Acredita-se que alguém com um estigma não seja completamente humano. Por esse motivo, podem sofrer vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente são reduzidas suas chances de vida ao se construir em volta delas a teoria do estigma; uma ideologia que explique a sua inferioridade e alerte sobre o perigo que ela representa. Alguns termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, até são utilizados com frequência em nosso discurso diário como metáfora e comparação, sem pensar no seu significado original (GOFFMAN, 1988).

3.2 Racismo e violência

“[...] A carne mais barata do mercado é a carne negra/ Que vai de graça pro presídio/
E para debaixo do plástico/ Que vai de graça pro subemprego/ E pros hospitais
psiquiátricos[...]”(CAPELLETTE; JORGE; YUKA).

Embora os dados nacionais do IBGE mostrem a disparidade entre brancos e negros em vários aspectos, como salário, escolaridade e expectativa de vida, o enfrentamento do racismo no Brasil não é realizado abertamente (LONGO, 2012).

A mentalidade construída em quase quatro séculos de escravidão, foi um modelo de sociedade excludente, que naturaliza as desigualdades e a hegemonia do poder branco. A autopreservação dos privilégios socioculturais dos brancos preserva sua condição de padrão universal de humanidade, não devendo ser ameaçado pelo diferente (LONGO, 2012).

Um amplo levantamento sobre o racismo no Brasil foi feito pelo instituto Datafolha em 1995, comprovando que 89% dos brasileiros que existe preconceito relacionado ao negro, porém apenas 10% confirmaram que têm um pouco ou se consideram muito preconceituoso (GUIMARÃES, 2000). De acordo com Rodrigues (1998), “os brasileiros sabem haver, negam ter, mas demonstram, em sua imensa maioria, preconceito contra negros” (p. 11).

Embora o racismo seja publicamente condenado pela sociedade, ele não deixou de existir. Apenas adquiriu novas formas de expressão, onde atitudes racistas abertas e agressivas dão lugar a um racismo sutil, que não desafia a norma social de

indesejabilidade do racismo (CAMINO; SILVA, MACHADO; PEREIRA, 2000). Nas sociedades modernas, apesar da proibição de atos explícitos de discriminação, o racismo continua a se desenvolver. Na maioria dos países que vivenciaram a escravidão, as diferenças socioeconômicas entre brancos e negros continuam aumentando. Nos países desenvolvidos que foram colonizadores, existe uma resistência quanto à entrada de trabalhadores estrangeiros não brancos (LONGO, 2012).

A partir desses estudos pode-se supor que nos países ocidentais o preconceito não se expressa hoje em dia pela atribuição de traços negativos, mas pela negação de atributos positivos a um grupo-alvo. Estes estudos mostram que a discriminação pode assumir formas sutis. Pode-se portanto afirmar que em certos países ocidentais as práticas discriminatórias estão adquirindo expressões mais sutis e se revestindo de novas formas que visam a preservar o respeito por uma normatividade social idealizada de não discriminação de grupos sociais a partir de critérios de raça (LONGO, 2010, p. 7).

Sears e Kinder (1971) propõem a teoria do racismo simbólico, que é constituído, por um lado, pela criação de valores igualitários e, por outro lado, por oposição a políticas que buscam promover tais valores.

De acordo com essa teoria do novo preconceito, existe um conflito psicológico, consciente ou inconsciente, entre suas atitudes íntimas preconceituosas e a proibição do preconceito pelas normas sociais. Esse conflito desencadearia formas mais sutis de preconceito.

[...] o fato de que os sujeitos experimentem algum conflito em certas situações e terminem expressando-se de maneira ambivalente não quer dizer que este conflito tenha sua origem em processos psicológicos do sujeito, e sim que o sujeito reproduz os argumentos ou repertórios conflitantes que circulam na própria sociedade (CAMINO, SILVA, MACHADO; PEREIRA, 2000, p.4).

As pessoas que sofrem discriminação racial no Brasil são levadas a acreditar que o problema da discriminação é de ordem econômica e não do racismo em si. Desse modo, sua ascensão social resolveria o problema do racismo. O mito da democracia racial destaca o valor da ascensão social e acontece no Brasil, que não possui uma dominação racial institucionalizada, como, por exemplo, os EUA e a África do Sul (LONGO, 2012).

Camargo (2005) define *violência* como eventos que ocasionam dano físico, moral ou espiritual a outra pessoa. Tais eventos podem ser realizados por pessoas, grupo de pessoas, classes ou nações. Violência configura-se em um problema de saúde pública de ampla magnitude e transcendência, que tem provocado forte impacto na morbidade e na mortalidade da população.

O aumento da violência no Brasil vem sendo discutido e investigado ao longo dos anos. Direta ou indiretamente, todos estão ligados à violência, como afirma Camargo (2005, p.2):

Assim, dentro de uma perspectiva conjuntural, a violência deixa de ser causa e passa a ser efeito, tornando-nos vítimas e agressores ao mesmo tempo. Vítimas, porque ninguém fica imune ao processo social de exclusão e da violência que dele advém. Agressores, porque em parte somos coniventes, ao não exigirmos, como sociedade organizada, o fim da barbárie a que se assiste por todos os lados e o fim da impunidade.

Desde a época da colonização, a violência contra os negros se destacou. Durante o período colonial, a cultura portuguesa foi imposta pelos colonizadores através da catequização dos índios. Muitas índias eram violentadas física e sexualmente, além da exploração de sua força de trabalho. Os escravos, de igual forma, também eram submissos aos seus senhores, tratados de maneira brutal, ignorados enquanto seres humanos, tidos como objetos. Eram vítimas das formas mais cruéis de violência. A população brasileira foi formada a partir da miscigenação desses indivíduos (CAMARGO, 2005).

Desde a formação da sociedade brasileira, firmou-se um sistema de poder baseado na simbiose patriarcado-racismo capitalismo. Um poder definido como “macho, branco e rico” acrescido do qualitativo de adulto [...] (CAMARGO, 2005, p.6). Os dados sobre a violência sofrida por crianças e adolescentes negros são preocupantes. Entre as vítimas de violência cerca de 90% são pardas ou negras (CAMARGO, 2005).

Segundo o relatório "Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial" de 2014, a população negra entre 12 e 29 anos é a principal vítima da violência. O relatório mostra também comparativos específicos sobre as taxas de homicídio de negros e brancos, e o resultado mostra que os jovens negros no Brasil são duas vezes e meia mais vítimas de homicídio do que o jovem branco (CARTA CAPITAL, 2015).

De acordo com os dados divulgados pelo Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde, entre 2002 e 2010 morreram assassinados no país 272.422 cidadãos negros, com uma média de 30.269 assassinatos ao ano. Só em 2010, foram 34.983. Desde 2002, houve uma queda do número absoluto de homicídios na população branca e um aumento nos números da população negra. No ano de 2002, a vitimização negra foi de 65,4%; em 2006, cresceu para 90,8% e, no ano de 2010, aumentou ainda mais: 132,3%. Isto significa que, para cada branco vítima de homicídio,

proporcionalmente morreram 2,3 negros pelo mesmo motivo. Segundo dados do Sistema Integrado de Informação Penitenciária (InfoPen), em todo o período analisado (2005 a 2012), existiram mais negros presos no Brasil do que brancos. Em 2005, havia 92.052 negros presos e 62.569 brancos, ou seja, 58,4% da população carcerária. Já em 2012 havia 292.242 negros presos e 175.536 brancos, representando 60,8% da população prisional no país (WASELFISZ, 2012).

Um mapa recente da violência foi divulgado em 2015, focando os crimes cometidos por arma de fogo no Brasil (OLIVEIRA, 2015).

Seriam 6,8 milhões de armas registradas, 8,5 milhões irregulares e 3,8 milhões nas mãos de criminosos. De 1980 a 2012, 880.386 brasileiros perderam a vida com tiros; 497.570 tinham de 15 a 29 anos. Em 2012, o país registrou 56.377 homicídios de todo tipo, alta de 13,4% sobre 2002, início da série. Dos mortos, 30.072 eram adolescentes e jovens; sete em dez, negros (OLIVEIRA, 2015).

A série de estatísticas da violência são assustadores e também servem para lembrar que uma sociedade brutalizada não é facilmente desconstruída. Ainda continuam semeando em nós, o desprezo pela integridade física do outro, frutos de um passado sangrento e doloroso (OLIVEIRA, 2015).

3.3 Branqueamento: consequência psicológica da inferioridade atribuída ao negro

No Brasil, o branqueamento é por vezes considerado como um problema do negro, que, insatisfeito com sua condição, tenta identificar-se como branco, miscigenando-se com ele para diluir suas características raciais (BENTO, 2002).

Nesse processo, o branco é alvo da inveja dos outros grupos raciais não-brancos, que são encarados como não tão humanos. Embora a elite branca brasileira tenha apontado o branqueamento como um problema do negro, constata-se que ele foi inventado e mantido pela própria elite branca brasileira, que faz uma apropriação simbólica, onde o seu grupo é considerado como padrão de referência de toda uma espécie, fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco, desconsiderando assim os demais. Tal apropriação é usada para legitimar sua supremacia econômica, política e social (BENTO, 2002).

Embora as pessoas de cor branca reconheçam a existência de desigualdades raciais no Brasil, muitos não conseguem associá-las à discriminação ou à sua própria responsabilização pela continuidade da desigualdade (BENTO, 2002). Silva (2007)

afirma que o homem branco quase não aparece no processo de branqueamento, figurando apenas como o representante da humanidade, o modelo universal a ser imitado.

Não discutir o legado da escravidão para o branco permite que ele não assuma nenhuma culpa pelos séculos de violência contra os negros, não sendo necessário prestar contas, compensar ou indenizá-los por isso. Por esse motivo, as políticas compensatórias ou de ação afirmativa são chamadas de protecionistas, como se fossem favores concedidos aos negros pelas classes dominantes (BENTO, 2002).

Segundo Alves e Galeão-Silva (2004, p. 22), a Política de Ação Afirmativa é um conjunto de “políticas específicas para membros de grupos sociais atingidos por formas de exclusão social que lhes negam um tratamento igualitário no acesso às diversas oportunidades”.

O fato de o branco assumir a sua ação nas desigualdades estabelecidas pela discriminação racial não significa que ele deva ser culpado pelas consequências dessa desigualdade, mas que ele deve desenvolver um senso de responsabilidade para com a situação do grupo negro, participando na promoção de ações responsáveis e políticas de ação afirmativa, para que os direitos e oportunidades sejam respeitados independente das diferenças étnico/raciais (SILVA, 2007).

A discriminação racial pode ter origem no desejo de manter o privilégio branco, combinado ou não com o sentimento de rejeição dos negros (BENTO, 2002).

Ainda sobre a branquitude e o processo de branqueamento, Bento (2002) afirma que “talvez possamos concluir que uma boa maneira de se compreender melhor a branquitude e o processo de branqueamento é entender a projeção do branco sobre o negro, nascida do medo, cercada de silêncio, fiel guardião dos privilégios” (2002, p. 39).

Com o surgimento de um grupo de estudiosos na Universidade de São Paulo, em meados de 1940, foram desenvolvidos importantes estudos sobre as relações raciais no Brasil, procurando contextualizar a situação do trabalhador negro e iniciar um processo de desmitificação da ideologia da democracia racial brasileira (BENTO, 2002).

Um dos intelectuais mais respeitados pelo movimento negro da época era Florestan Fernandes, que embora não concordasse com a ideia de inferioridade do negro, afirmava que o negro escravizado foi deformado, atribuindo dessa forma uma espécie de inferioridade ao negro. Ele mostra ainda que, no contexto da época, para se emanciparem e ultrapassarem as barreiras da discriminação, os negros teriam que

superar sozinhos os desafios da pobreza, da inércia sociocultural ou então estariam condenados ao eterno estado de discriminação racial. Fernandes afirma ainda que, entre os sintomas do desejo de branquear do negro, estão as tentativas de integração com os brancos e a ascensão social (BENTO, 2012).

Ianni (1972) considera que um dos padrões essenciais na constituição das famílias e mulatos é o ideal de branqueamento. “Branquear é uma aspiração universal, negros, mulatos escuros e mulatos claros, todos querem branquear” (p. 123).

A teoria do branqueamento ganhou força no período do início da industrialização no Brasil, em que a maioria da população era negra, o que resultava em uma poderosa força de trabalhadora. Os brancos temiam que os negros monopolizassem os postos de trabalho. Sendo assim, essas “ameaças” passaram a ser tratadas como seres despreparados para integrar a sociedade de classes, além de manipularem sua condição racial para ascender socialmente (BENTO, 2002).

Sobre branqueamento e ascensão social, Bento (1992) afirma ainda que quanto mais o negro ascende, mais ele incomoda. Segundo seu estudo, os negros que eram discriminados com maior frequência eram aqueles que ocupavam cargos de comando. “[...] quanto mais aumenta a escolaridade do negro mais a discriminação se revela nos diferenciais de remuneração entre negros e brancos. Ou seja, são os momentos em que o negro vai ascender, ou ‘trocar de lugar’ com o branco” (BENTO, 2002, p. 53).

Apesar de ser uma invenção da elite branca, o impacto do branqueamento sobre a população negra é muito forte, causando baixa autoestima e dificultando a organização negra contra a discriminação racial.

A procura de identificação com o branco, a negação dos seus caracteres feno típicos, as tentativas de clarear a pele e ter cabelos lisos as custa da química, do ferro quente, das chapinhas modernas, do alisamento “definitivo”, a adoção da sua cultura e do seu comportamento, a rejeição à sua cultura e aos seus assemelhados étnico/raciais não são identificadas como produto da branquitude construída pela elite branca brasileira. (SILVA, 2007, p. 98).

Além de causar a inferiorização e a auto-rejeição dos negros, a ideologia do branqueamento causa nas pessoas de pele clara uma imagem negativa do negro, levando-as a se afastarem deles e os tratarem com desprezo e indiferença perante as injustiças sofridas por eles, causadas pela discriminação racial. Ao negro é atribuída a culpa por essa situação (SILVA, 2007).

A própria elite responsável pelo branqueamento do negro possui também o desejo da “europeização” mostrando que não são apenas os negros que se sentem desconfortáveis com sua condição racial. O branco brasileiro desejava e ainda deseja uma identificação cada vez maior com o europeu ou o norte-americano, ou seja, o problema do branqueamento é uma questão que atinge a todos os brasileiros (BENTO, 2002).

4. CONCLUSÃO

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.” Nelson Rolihlahla Mandela (1918-2013)

O regime escravista no Brasil – passado ainda tão recente – deixou profundas marcas em nossa história. As suas consequências persistem até os dias de hoje, principalmente as psíquicas. A segregação racial e o preconceito tem sido pauta constante de discussão em vários segmentos da sociedade e entre os profissionais da Psicologia.

Os europeus impuseram sua cultura à mão de ferro nas terras que colonizaram. Devido ao excesso de influência e poder, buscaram uma falsa comprovação científica – de que os negros era inferiores às demais raças – para justificar o escravismo. A partir daí, o africano foi reduzido a condição de uma simples mercadoria e poderia ser livremente comercializado para trabalhar como animais de tração. O negro começa então a carregar o estigma de um ser inferior, levando ele próprio a acreditar nessa hipótese. É essa estigmatização que se reflete claramente até hoje, pois ao se deparar nas ruas com um negro mal vestido, a maioria das pessoas já associam a um mendigo ou marginal. Da mesma forma, jovens negros das favelas são vistos como traficantes ou possíveis envolvidos com o crime organizado.

As consequências da estigmatização do negro podem ser observadas a todo o momento. Apesar da discriminação racial ser condenada pelas leis sociais, ela ainda se faz presente no mundo contemporâneo. A imagem do negro associada ao crime à pobreza, o número de jovens negros abordados, humilhados, detidos por policiais, as diferenças de cargos e salários entre negros e brancos – além de outras diversas situações – nos mostram quem ainda carregamos a herança dos séculos de escravidão. Reconhecer que o racismo existe e a partir daí trabalhar na conscientização e valorização da identidade do povo afrobrasileiro, podem nos ajudar a superar o desafio de construir uma sociedade mais igualitária.

A ideologia do “branqueamento brasileiro” é tão forte e presente, que consegue convencer os negros a negarem e tratarem com desprezo a cultura africana e seus derivados. Para estampar a questão do branqueamento, usaremos o exemplo de um homem de sonha em casar-se com uma mulher branca e conseguindo tal feito, considera-se bem sucedido na vida.

No Brasil, há um racismo e preconceito ocultos contra o negro, que embora não seja apresentado em público, se efetiva em palavras e atos, especialmente nas situações de conflito, desconfiança e disputas. As marcas da discriminação em relação ao passado escravista se revela em insultos raciais exigindo que os negros e negras voltem “para a senzala”, ou ainda que eles são “fedidos” ou “sujos”. Diariamente o racismo opera por meio de piadas e ditos populares, sem contar as inúmeras expressões da língua portuguesa que denunciam o preconceito. As agressões verbais são variadas e geralmente são usadas para menosprezar e inferiorizar o negro, associando-o sempre a condição de pobreza, delinquência e anomia social.

O negro africano foi arrancado das suas origens, teve sua liberdade ceifada e foi exposto a todos os tipos de violência e intolerância. Sem a mínima dignidade, nem capacidade de defesa, foram espalhados pelo mundo para serem literalmente explorados. Estragos desse calibre são intensos, podendo durar uma vida sem jamais serem superados. Por isso a relevância de se discutir o reflexo desse passado na nossa sociedade atual, tanto para compreender nossa realidade e os problemas que o Brasil ainda enfrenta, como também para, a partir de uma maior lucidez sobre o tema, buscar soluções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter F. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALVES, Castro. **Navio Negreiro** e Vozes D'África. Brasília: Biblioteca Digital. 2013.

CAPELLETTE, Wilson; JORGE; YUKA, Marcelo. A Carne. Intérprete: Elza Soares. **Do Cócix Até O Pescoço**. Rio de Janeiro: Tratore, 2012. CD, faixa 6.

CARONE, I; BENTO, M.A.S. **A Psicologia Social do Racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.

BATISTA, L.H.C. S; CARVALHO, S.A.C. **A trajetória do negro no Brasil e a importância da cultura afro**. 2009. Trabalho de conclusão de curso de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, 2009.

BUONICORE, Augusto. **A luta pela abolição da escravidão**. 2008 Disponível em: < http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=1546&id_coluna=10> Acesso em 14 nov. 2015.

CABRAL, Sérgio. **Escolas de samba do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Lumiar, 1996.

CAMARGO, C. L; ALVES, E.S; QUIRINO, M. D. Violência contra crianças e adolescentes negros: uma abordagem histórica. **Texto e contexto – Enfermagem**. vol.14, no.4 Florianópolis. 2005.

CAMINO, Leoncio; SILVA, Patrícia da; MACHADO, Aline; PEREIRA, Cícero. A Face Oculta do Racismo no Brasil: Uma Análise Psicosociológica. **Revista Psicologia Política**. 2000. Disponível em: <www.fafich.ufmg.br/~psicopol/psicopol/artigos_pub/artigo_4.pdf> Acesso em: 12 out. 2015.

CORREIA apud MANOEL, Humberto. A senzala e o quilombo: de pontos de chegada da família negra ao ponto de partida. **Revista TEL**. Vol. 5, nº 02. 2014

DROPA, Romualdo Flávio. **Direitos Humanos no Brasil**: a questão negra. 2011. Disponível em: < <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/7515-7514-1-PB.htm>> Acesso em: 14 nov. 2015.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. São Paulo: Global, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Rio de Janeiro: Guanabara. 1988.

GOMES, Laurentino. **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

GUIMARÃES, A. S. Insulto racial: as ofensas verbais registradas em queixas de discriminação. **Estudos afro-asiáticos**, Nº. 38. Rio de Janeiro. 2000. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2000000200002> Acesso em: 26 nov.2015.

IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

Jovens são mais vulneráveis à violência no Brasil. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/jovens-negros-sao-mais-vulneraveis-a-violencia-no-brasil-8328.html>> Acessado em: 15 out. 2015.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850).** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LEITE, Costa apud NAIFF, L.A. M; NAIFF, D.G.M. A favela e seus moradores: culpados ou vítimas? Representações sociais em tempos de violência. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v.5, n. 2. Rio de Janeiro. 2005.

LONGO, Isis Sousa. O estigma dos três ps: pobre, preto, da periferia. A visão de adolescentes da comunidade Heliópolis. In: Colóquio Internacional Culturas Jovens - Afro-Brasil América: encontros e desencontros, 2012, São Paulo. Anais do Colóquio Internacional Culturas Jovens - Afro-Brasil América: encontros e desencontros, 2012.

MARINGONI, Gilberto. O destino dos negros após a Abolição. **Revista desafios do desenvolvimento.** São Paulo, ano 8, ed. 70, 2011.

MENEZES, J.M.F. Abolição no Brasil: a construção da liberdade. **Revista HISTEDBR On-line.** Campinas, n.36, p. 83-104, 2009.

NAIFF, L.A. M; NAIFF, D.G.M. A favela e seus moradores, culpados ou vítimas? Representações sociais em tempos de violência. **Estudos e Pesquisas em Psicologia.** Rio de Janeiro, ano 5, n.2. 2005.

NASCIMENTO, Abdias do apud CAMPOS, M.C.C. **Movimento Negro no Brasil.** 1998. Disponível em: <http://lacua.au.dk/fileadmin/www.lacua.au.dk/publications/7_di__logos_latinoamerica_nos/movimento_negro.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2015.

OLIVEIRA, Flávia. **Violento por natureza.** 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/violento-por-natureza-16246374>> Acesso em: 19 out. 2015.

OLIVIERI, A.C. **Lei Áurea:** Princesa Isabel sancionou a lei que pôs fim à escravidão. 2005. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/lei-aurea-princesa-isabel-sancionou-a-lei-que-pos-fim-a-escravidao.htm>> Acesso em: 14 nov. 2015.

PARÉS, Luis Nicolau. Escravidão, pós-Abolição e a política da memória. **Afro-Ásia.** N.49, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0002-05912014000100015>. Acesso em: 25 nov. 2015.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil.** São Paulo: 17ª Edição revisada e ampliada – Editora Contexto, 2000.

PRIORE, Mary Dell; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil.** São Paulo: Planeta, 2010.

REIS, João José. Povo Negro. **Revista USP.** N° 28. São Paulo, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades Brasileiras**. São Paulo: Contexto. 1988.

RODRIGUES, Fernando. **Racismo cordial**. A mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil. São Paulo: Ática, 1998.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SANTANA, K.C.E. **Por trás das paliçadas de Palmares**: uma reescritura da história de Zumbi por Leda Maria de Albuquerque Noronha. Trabalho apresentado no Simpósio Internacional Literatura, Crítica, Cultura. Juiz de Fora. 2012.

SANTOS, Maria Gilda Antas dos. **A escravidão no Brasil**: uma análise a partir dos livros didáticos de história. 2013

SEARS; KINDERS apud CAMINO, Leoncio; SILVA, Patrícia da; MACHADO, Aline; PEREIRA, Cícero. A Face Oculta do Racismo no Brasil: Uma Análise Psicosociológica. **Revista Psicologia Política**. 2000. Disponível em: <www.fafich.ufmg.br/~psicopol/psicopol/artigos_pub/artigo_4.pdf> Acesso em: 12 out. 2015.

SILVA, Ana Célia. **Branqueamento e branquitude**: conceitos básicos na formação para a alteridade. 2007 Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/f5jk5/pdf/nascimento-9788523209186-06.pdf>> Acesso em: 26 nov. 2015.

SILVA, R. A. **Lei nº 3.353**. Rio de Janeiro. 1988 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM3353.htm> Acesso em: 14 nov. 2015.

SILVA, R. T. C. **Caminhos e descaminhos da abolição**. Tese apresentada ao programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Paraná. 2007.

SILVA, Simone Rezende da. A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola no ambiente florestado atlântico. **Olhares Sociais**. Vol. 1, n.1, 2012.

STARLING, Heloísa M; SCHWARCZ, Lilia M; **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**: A Cor dos Homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPPIR/PR, 2012.

TURCO, Hélio; JURANDIR; ALVINHO; TRISTEZA. 100 anos de liberdade, realidade ou ilusão? Intérprete: Jamelão. **Sambas de enredo 1988**. Rio de Janeiro: RCA Gravadora Escola de Samba, 1987. 2 LPs, faixa 9.